Gênero e ciência: desequilíbrio persistente[[1]](#footnote-1)

Aparecida da Silva Xavier Barros[[2]](#footnote-2); Thelma Panerai Alves[[3]](#footnote-3)

**RESUMO**

A representatividade feminina em diferentes campos profissionais e da produção científica se constitui uma temática importante que tem sido objeto de vários trabalhos produzidos no Brasil. Neste artigo, a partir de uma pesquisa exploratória, com delineamento bibliográfico e documental, buscou-se analisar a participação feminina na universidade e na produção científica nas áreas de Ciência e Tecnologia (C&T). A justificativa deste estudo está correlacionada diretamente à necessidade de se pensar no acesso desigual de meninas e mulheres a essas áreas, assim como entender e direcionar esforços na luta contra os múltiplos obstáculos, de diversos níveis, dispostos ao longo da carreira das acadêmicas/cientistas.

**Palavras-chave:** Gênero; Ciência; Tecnologia; Universidade; Desigualdade.

**INTRODUÇÃO**

Vivemos numa civilização que ainda tem uma conotação predominantemente masculina. Neste sentido, “não só a ciência, mas (quase) toda a produção intelectual é predominantemente masculina”, pontua Chassot (2006, p. 73). Dentro desta mesma análise, quando se fala da representatividade das mulheres na história da ciência, é importante referir que, até o início do século passado, a ciência estava culturalmente definida como uma carreira imprópria para a mulher. Da mesma forma que, na segunda metade do século, “se dizia quais eram as profissões de homens e quais as de mulheres” (CHASSOT, 2006, p. 74). Parafraseando o estudioso, já estamos no terceiro milênio e ainda cabe perguntar: Por que há mais alunas na saúde, na educação e nas humanidades? Ou mais alunos nas Ciências Exatas e Tecnológicas? Continuamos ainda a demarcar quais são os espaços profissionais e da produção científica dos homens e das mulheres?

Chassot (2006) afirma que há pelo menos duas explicações para que, em termos globais, o número de mulheres que se dedicam às Ciências seja menor que o de homens: a primeira é histórica e a segunda é biológica. Acerca da primeira das explicações, o autor avalia que ainda é preciso suplantar resquícios de uma latente misoginia. É sabido que as concepções de uma ciência masculina se deram, e ainda se dão, como resultado de uma história que está intensamente conectada com outras histórias: história da Filosofia, história das Artes, história das Religiões, história das Magias e, inclusive, com a história daqueles de quem se tira, usualmente, o direito de ter uma história, como as mais diferentes minorias. A humanidade evoluiu muito nesta compreensão, mas, há, ainda, muitos preconceitos e discriminações que precisam ser superados.

Neste ponto, se faz necessário observar que inscrever as mulheres na história implica necessariamente na busca pela redefinição e alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, pontua Scott (1995). Segundo a autora, o estudo das mulheres não acrescenta somente novos temas, mas exige um reexame crítico das premissas e dos critérios do próprio trabalho científico. Na mesma direção, Londa Schiebinger (2001), em “O feminismo mudou a ciência? ”, observa que

a ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, e, por isso, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (SCHIEBINGER, 2001, p. 37)

A segunda explicação, segundo Chassot (2006), é de que há um ônus biológico – a maternidade – que a natureza impôs às mulheres e, para aquelas que se fazem cientistas, este impactou/impacta significativamente. Isto se deve especialmente ao fato de que muitos homens não exercem a paternidade de maneira responsável ou, levando-se em consideração a realidade particular de cada família e de cada mãe, a mulher não dispõe de redes de apoio. Neste sentido, quando a mulher é a principal responsável por cuidar dos(as) filhos(as), isso as retirou/retira por um tempo de seus estudos, de suas pesquisas, que, não raro, coincidem com o período de consolidação da carreira.

A ciência progride muito rapidamente e aquelas que se afastam por alguns anos para se dedicar aos fazeres da maternidade, gastam muitas vezes até o dobro do tempo para se reciclarem e se reatualizarem. Há áreas nas quais ficar fora da produção acadêmica por alguns meses pode ter consequências bastante críticas. (CHASSOT, 2006, p. 79)

Portanto, há que se enfrentar esta e outras questões capazes de influenciar a representatividade feminina em diferentes campos profissionais e da produção científica, uma temática importante que tem sido objeto de vários trabalhos produzidos no Brasil, a exemplo dos estudos sobre a participação das mulheres na Física (LIMA, 2013), na Matemática (BRECH, 2018), na Química (NAIDEKA et al., 2020) e nas áreas STEM[[4]](#footnote-4) (OLIVEIRA; UNBEHAUM; GAVA, 2019; TONINI; ARAÚJO, 2019). Também através de trabalhos sobre as desigualdades entre homens e mulheres nas posições de prestígio acadêmico (VALENTOVA et al., 2017) e sobre a relação entre maternidade e ciência (PARENT IN SCIENCE, 2017; NUCCI, 2018).

Este estudo, portanto, tem como objetivo analisar a participação feminina na universidade e na produção científica nas áreas de Ciência e Tecnologia (C&T). A justificativa deste trabalho está correlacionada diretamente à necessidade de se pensar no acesso desigual de meninas e mulheres a essas áreas, assim como entender e direcionar esforços na luta contra os múltiplos obstáculos, de diversos níveis, dispostos ao longo da carreira das acadêmicas/cientistas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que teve como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema apresentado, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2017). Ainda segundo o autor, “a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória” (p. 26).

Quanto ao delineamento, caracteriza-se como bibliográfica e documental. Para Severino (2016, p. 132), a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.". Utilizam-se, nesse caso, dados de categorias teóricas já trabalhadas e devidamente registradas por outros pesquisadores. Por sua vez, a pesquisa documental tem como fontes documentos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico: documentos impressos e outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. São, desse modo, matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

**A participação de mulheres nas universidades brasileiras e na produção científica** **nas áreas de C&T**

Nucci (2018) afirma que os estudos sobre gênero e ciência são um campo de estudos tradicional e bastante consolidado, surgido a partir de um paralelo entre os estudos de gênero e os estudos sociais da ciência. Neste sentido, ambos contribuem com reflexões que partem da desconstrução da ideia de natureza. Sob esta perspectiva, apontam que “assim como o gênero não seria mero ‘espelho’ do sexo, a ciência não espelharia a natureza” (NUCCI, 2018, p. 1). Ainda segundo a autora, enquanto um campo se dedicava à análise da construção social do gênero, o outro se voltava para os processos de construção social da ciência. Todavia, a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, diante da emergência de uma crítica feminista à ciência, os dois campos começaram a convergir.

Com base no trabalho das pesquisadoras espanholas Gonzalez Garcia e Perez Sedeño (2006), que adaptaram uma classificação feita por Sandra Harding, em obra publicada em 1986 e retomada em estudos posteriores, é possível identificar três frentes, não estanques, de estudos sobre gênero nas áreas de C&T: a *primeira* se volta para o resgate das mulheres/pioneiras que historicamente produziram ciência e tecnologia; a *segunda* analisa diferenças entre as trajetórias profissionais de mulheres e homens, evidenciando as diversas barreiras que dificultam a trajetória profissional das mulheres; e a *terceira* abordagem objetiva desvelar, a partir dos currículos e práticas escolares, as desigualdades no ambiente escolar/acadêmico, assim como motivar e integrar meninas e mulheres no aprendizado da ciência e da tecnologia.

Vários estudos já foram produzidos no Brasil no âmbito da segunda abordagem. O artigo de Lima (2013) evidenciou os desafios e obstáculos enfrentados pelas mulheres na carreira científica da área de Física para alcançar posições de prestígio e poder. Segundo a autora, os obstáculos que impedem e dificultam a maior participação das mulheres, apesar de concretos, não são formais. A esse respeito, a literatura sobre a temática apresenta dois tipos de exclusões: a vertical, que diz respeito à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas “carreiras consideradas femininas”; e a horizontal, que se refere ao pequeno número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, de maior reconhecimento econômico, as chamadas ciências “duras” – Exatas e Engenharias.

Lima (2013) esclarece que essas duas exclusões – vertical e horizontal – apresentam dois momentos cruciais e distintos: um em relação à escolha da área e outro em relação à permanência e à ascensão na carreira. Sobre a exclusão horizontal, segundo os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de 2001 a 2010, o percentual de mulheres nas bolsas por grande área, em Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Computação, variou de 29 a 36%. De 2005 a 2011, o percentual de mulheres bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ), nas Engenharias, variou de 17% a 21%. Mesmo nas bolsas de iniciação científica do PIBIC, elas não ultrapassaram 33% em 2011. Sobre a exclusão vertical, de 2001 a 2011, o percentual de mulheres bolsistas PQ, em todas as áreas e em todos os níveis de bolsa, variou de 32,1% a 35,3% e, no nível mais elevado da bolsa – 1A –, o percentual de mulheres variou de 22,1% a 23,8%, no mesmo período.

Lima (2013) também destacou que até 2011, data que marcou os 30 anos de existência do Prêmio Álvaro Alberto[[5]](#footnote-5), maior reconhecimento da ciência nacional, do total de 42 premiados apenas duas mulheres foram homenageadas. De 2012 até agora, mais duas mulheres foram laureadas (PRÊMIO ÁLVARO ALBERTO, 2020 *online*). No caso dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), grupos de excelência que pesquisam em rede e possuem um volume considerável de recursos, na média de 3 a 9 milhões por proposta, pagos em três anos, da soma de cento e vinte e seis INCTs, apenas dezoito eram coordenados por mulheres. Para a autora, esses números não são triviais, uma vez que a bolsa de Produtividade em Pesquisa, a coordenação de um INCT e a premiação são exemplos de capitais científicos ou, como explicado pela estudiosa utilizando as palavras de Bourdieu (1983), são um tipo de “moeda” contabilizada para o monopólio da autoridade científica.

Esse mecanismo de acumulação de reconhecimento foi denominado por Merton de Efeito Mateus, inspirado na frase bíblica: “Ao que tem, se lhe dará e terá em abundância; mas ao que não tem, será tirado até mesmo o que tem”. Margaret Rossiter, ao pensar sobre a participação das mulheres nas ciências, propõe o efeito Matilda, que está associado à retirada de capital científico das menos capitalizadas. (LIMA, 2013, p. 885)

Na Matemática, Brech (2018) constatou que, em quase todos os recortes da comunidade matemática no mundo, a participação feminina fica abaixo de 50% e diminui nos estágios mais avançados da carreira. No Brasil, em 2014, cerca de 42% dos ingressantes nos cursos de graduação em Matemática eram mulheres. Já entre os concluintes, o percentual de mulheres subiu para cerca de 48%. Na pós-graduação, a participação das mulheres ficou em torno de 27% entre os egressos de cursos de mestrado e 24% entre os de doutorado. Considerando o corpo docente, na graduação em Matemática o percentual manteve-se estável em torno de 40%, no período de 2009 a 2014; e na pós-graduação atingiu 22%, em 2014.

A autora pontua que “muito mais difícil do que estabelecer a existência da disparidade de gênero, é tentar entender suas causas, que são inúmeras” (BRECH, 2018, p. 2), entre as quais se incluem: os papéis sociais impostos pela sociedade, as diferentes expectativas familiares com relação aos meninos e às meninas e uma educação básica marcada pelo viés de gênero; a ausência ou escassez de modelos nos quais inspirar-se (*role models*) e a sensação de isolamento e/ou de ocupar um território alheio durante a graduação e pós-graduação, além das dificuldades para conciliar as vidas pessoal e profissional/acadêmica. Apesar da conquista da licença-maternidade nas bolsas de estudo e pesquisa[[6]](#footnote-6), praticamente inexistem mecanismos de apoio à mulher na retomada de suas atividades acadêmicas.

Brech (2018) ainda chama a atenção para o fato de que

uma comunidade predominantemente masculina naturaliza comportamentos ditos “masculinos”, sejam eles machistas ou não, resultando no chamado “viés de gênero inconsciente”: o cotidiano nos transmite subliminarmente, tanto a homens quanto a mulheres, a ideia de que a Matemática é um espaço masculino e condiciona inconscientemente suas mulheres (e seus homens) a comportar-se de acordo com certos padrões para obter reconhecimento de seus pares. (BRECH, 2018, p. 3)

Diante dessa realidade, salas de aula, eventos científicos ou reuniões departamentais se tornam, por vezes, lugares hostis para muitas mulheres, levando-as ao que Brech (2018) chamou de “dilema Tostines” das mulheres na Matemática: “O ambiente é masculino porque somos poucas ou somos poucas porque o ambiente é masculino?”(p. 4).

Naideka et al. (2020) realizaram um levantamento de dados bastante detalhado sobre o panorama da mulher na ciência na área da Química no Brasil, entre 2018 e 2019 e, em alguns casos, por um período maior, considerando todos os níveis da carreira acadêmica. Foi constatado que existe uma equidade na quantidade de mulheres e homens nos estágios iniciais da carreira. Entre os(as) estudantes de iniciação científica e pós-graduação, as mulheres eram a maioria: 56% e 52%, respectivamente. No quadro de docentes de graduação, as mulheres tiveram uma representatividade de 42%; já nos programas de pós-graduação com conceito 6 e 7, segundo a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para os programas com conceito 6, o percentual de mulheres docentes foi de 39% e para conceito 7 foi de 32%.

Considerando as bolsas de produtividade do CNPq, 34% das pesquisadoras estavam no nível 2. Esse número diminuiu quando o nível de produtividade aumentou, sendo de apenas 28, 31 e 21% para 1D, 1C e 1B, respectivamente, e 12% para 1A, que é o nível mais alto de produtividade científica. No tocante à quantidade de projetos da Chamada Universal do CNPq, que apresenta três modalidades de acordo com a faixa máxima de financiamento – faixa A até R$30.000,00, faixa B até R$60.000,00 e faixa C até R$150.000,00 –, entre 2007 e 2018, a porcentagem de projetos aprovados por mulheres foi de 35% na faixa A, 27% na faixa B e 21% na faixa C.

O artigo trouxe ainda outros dados muito relevantes, como, por exemplo, dados sobre o prêmio Nobel, onde verificou-se que dos 904 cientistas premiados, entre 1901 e 2018, somente 51 (5,6%) foram mulheres. Para a área da Química, do total de 181 premiados, apenas 5 mulheres (2,8%). Na Academia Brasileira de Ciências (ABC), a primeira das sociedades científicas brasileiras, o estudo mostrou que nos seus 103 anos de existência nenhuma mulher foi eleita presidenta da entidade. O mesmo ocorreu com o CNPq, que em 68 anos de existência não teve nenhuma mulher presidenta.

A Sociedade Brasileira de Química (SBQ), fundada em 1977, teve apenas uma mulher presidenta e a União Internacional da Química Pura e Aplicada (IUPAC), que é a mais importante organização científica a nível mundial na área, teve duas mulheres ao longo dos 100 anos de existência. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), durante 71 anos, teve 3 mulheres presidentas. Por fim, a CAPES, com 68 anos, também teve apenas 3 mulheres presidentas. Sobre a representatividade feminina em posições de lideranças em sociedades científicas, os autores afirmaram que

a presença de mulheres nestes conselhos e presidências é de fundamental importância, uma vez que estes influenciam diretamente na eleição de novos membros, amparam a pesquisa Brasileira por meio de aprovações de projetos de pesquisa, direcionamento de recursos para a realização da ciência no país e definem posições de prestígio científico. (NAIDEKA et al., 2020, p. 831)

Oliveira, Unbehaum e Gava (2019) e Tonini e Araújo (2019), por sua vez, focaram em seus estudos a participação feminina nas áreas de STEM. O STEM *education* nasceu nos Estados Unidos e se tornou a base de grande parte das reformas e programas educacionais americanos implementados na década de 1990 e no início dos anos 2000 (PUGLIESE, 2018, *online*). Segundo Gonzalez e Kuenzi (2012, p. 1 *apud* OLIVEIRA; UNBEHAUM; GAVA, 2019, p. 136), as propostas STEM *education* são heterogêneas entre si e incluem “atividades educacionais ao longo de todos os níveis de ensino – da pré-escola ao pós-doutorado – seja em contextos formais, como as salas de aula, ou informais, como por exemplo, programas específicos nos contraturnos escolares”.

Para Pugliese (2018, *online*), o STEM *education* é marcado por algumas contradições, uma vez que “é algo que vem sendo construído a várias mãos e a interpretação sobre como ele deve ser varia muito entre empresários, legisladores, professores, alunos e pais”. Uma delas é que, como metodologia, prioriza a aprendizagem baseada em projetos (ou desafios), em substituição às formas de ensino e aprendizagem tradicionais e pouco envolventes. No entanto, “o fato de se apropriar de uma metodologia mais participativa, contudo, não pode ser traduzido automaticamente em uma abordagem construtivista, como é por vezes difundido”, pontua.

Em termos de currículo, o STEM preconiza a conexão de quatro áreas (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Porém, essa ideia de integração ainda é objeto de muitos debates, “uma vez que muitas das iniciativas apresentam uma visão limitada acerca de um currículo integrado. Ademais, algumas dessas iniciativas excluem as artes e ciências humanas”. Nesse caso, mesmo aquelas propostas que buscam integrar as artes e defendem o uso do termo STEAM (*Science, Technology, Engineering, Arts, and Mathematics*) são criticadas também, especialmente por fazerem destas uma ferramenta e não verdadeiramente um campo do conhecimento integrado, alerta Pugliese (2018, *online*).

No caso do Brasil, o movimento STEM *education* não tem a mesma dimensão que em outros países. Pugliese (2018, *online*) cita que, enquanto escolas particulares de ensino médio e fundamental têm reformulado o currículo de ciências para introduzir os temas do STEM, no âmbito da educação pública, observa-se que há pouca presença da proposta, especialmente partindo de ações governamentais. Por outro lado, algumas ONGs e grupos independentes vêm atuando em algumas partes do país na formação de professores e incentivado a adoção da proposta.

De acordo com relatório da UNESCO (2018), as áreas de STEM e inovação ocupam uma posição de destaque na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Elas também sãos meios para se alcançar outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tais como o ODS 5 sobre igualdade de gênero e empoderamento das meninas e mulheres. “Avanços nas áreas de STEM já provocaram melhorias em muitos aspectos da vida humana, tais como saúde, agricultura, infraestrutura e energias renováveis” (UNESCO, 2018, p. 14). De modo que a educação em STEM é apontada pelo relatório como uma das chaves para a preparação de estudantes para o mundo do trabalho.

Contudo, apesar dos avanços significativos ocorridos nas últimas décadas, especialmente no tocante à forte presença de mulheres no sistema educacional, as desigualdades de gênero na educação e nas carreiras de STEM ainda persistem. Neste cenário, o relatório da UNESCO (2018) procurou, entre outras coisas, analisar os fatores que contribuem para a participação, o desempenho e o avanço de meninas e mulheres na educação em STEM. Tais fatores e suas inter-relações foram compilados e apresentados a partir de quatro âmbitos, a saber:

• Âmbito individual – fatores biológicos que podem influenciar as habilidades, as capacidades e o comportamento de um indivíduo, tais como a estrutura e as funções cerebrais, os hormônios, a genética, e os aspectos cognitivos, como as habilidades espaciais e linguísticas. Aqui, também são considerados os fatores psicológicos, incluindo a autoeficácia, o interesse e a motivação.

• Âmbitos familiar e de pares – crenças e expectativas dos pais, nível de instrução dos pais, seu status socioeconômico e outros fatores domésticos, assim como a influência dos pares.

• Âmbito escolar – fatores inerentes ao ambiente de aprendizagem, incluindo o perfil dos docentes, suas experiências, crenças e expectativas, os currículos, os materiais e recursos de aprendizagem, as estratégias de ensino, as interações estudante-docente, as práticas avaliativas e o ambiente escolar em geral.

• Âmbito social – normas sociais e culturais relacionadas à igualdade de gênero, e os estereótipos de gênero presentes na mídia. (UNESCO, 2018, p. 40)

A UNESCO alerta que o relatório é um documento que apresenta uma série de limitações. Portanto, suas observações não são definitivas. Existe a necessidade de se realizar mais pesquisas e análises de fatores que considerem diferenças contextuais, etárias, socioeconômicas, geográficas ou culturais, assim como outras variáveis relacionadas. Além disso, ressalta que as pesquisas sobre os efeitos de vários fatores biológicos sobre o comportamento humano, incluindo o desempenho educacional, ainda estão em seus estágios iniciais, com achados preliminares ou inconclusivos.

Voltando ao trabalho de Oliveira, Unbehaum e Gava (2019), os autores apresentam reflexões sobre a igualdade de gênero no ensino secundário, em especial no tocante à inclusão das jovens nas áreas de STEM, tomando como fonte empírica um levantamento da produção acadêmico-científica realizada na base de dados *Education Resources Information Center* (ERIC). O estudo apontou que

os artigos selecionados no levantamento, em sua maioria, afirmam que as jovens do ensino secundário são minoria na escolha das disciplinas STEM como disciplinas eletivas, preferindo outras áreas do conhecimento. Isso certamente diminui a possibilidade de que elas escolham as áreas STEM como prioritárias de estudo também no ensino superior, o que reduz ainda mais suas possibilidades de seguir carreiras profissionais em ciências, tecnologia, engenharia e matemática. (OLIVEIRA; UNBEHAUM; GAVA, 2019, p. 136)

As pesquisadoras Tonini e Araújo (2019) também apresentaram dados sobre a participação feminina nas áreas de STEM. Relataram que, apesar de a presença de mulheres na ciência ter aumentado de forma global, ainda há uma sub-representação delas no sistema científico e tecnológico, assim como um pequeno número de mulheres em determinadas áreas ou subáreas do conhecimento, como por exemplo, nas ciências exatas e engenharias. Desse modo, segundo as autoras, o Estado brasileiro tem o papel fundamental de fomentar as ações que contribuam para incentivar o ingresso e a permanência de mulheres nas áreas STEM. Considerando as iniciativas conduzidas pelo CNPq desde 2005, as autoras destacaram a criação do Programa Mulher e Ciência, que busca:

a) estimular meninas para atuarem na área de ciência, tecnologia e inovação (Chamadas de Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação); b) garantir condições para que as mulheres não tenham prejuízos em seu percurso acadêmico em função da maternidade (Concessão de Prorrogação-Parturiente); e 3) dar visibilidade à trajetória de mulheres que se destacaram em suas áreas de atuação e que servem de exemplos para outras meninas e mulheres (Pioneiras da Ciência). (CNPq, 2018 *apud* TONINI; ARAÚJO, 2019, p. 120)

A Tabela 1 apresenta algumas das ações realizadas pelo CNPq juntamente com outras entidades/órgãos.

Tabela 1: Iniciativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

no âmbito do Programa Mulher e Ciência

| **Ação**  | **# edições**  | **Anos**  | **Objetivos**  | **Dimensão**  | **Principais resultados** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Chamada de apoio a projetos de pesquisas na temática Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos | 4 | 2005, 2008,2010, 2012 | Fomentar a pesquisa na temáticaRelações de Gênero, Mulheres eFeminismos. | Total gasto: R$21.200.000,00 | 1.371 propostas de pesquisa submetidas, 659 projetos aprovados. |
| Prêmio para estudantes de Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduação e Escolas da Educação Básica denominado*Construindo a Igualdade de Gênero* | 11 | 2005-2016 | Impulsionar a discussão de gênero em todos os níveis educacionais e fomentar a formação de recursos humanos nesta temática. | Total: 29375 inscrições(em todas ascategorias) | O Prêmio fomenta o estudo, a discussão e a pesquisa do tema de gênero 3 em diferentes esferas. |
| Encontro Pensando Gênero e Ciências, com núcleos de pesquisa de Gênero das Universidades | 2 | 2006, 2009 | Propor ações para fomentar a participação feminina em todas as áreas de C&T e fortalecer os estudos de gênero e feministas. | Encontro com mais de200 núcleos e grupos de pesquisa de cerca de 100 universidades de todo o país. | Recomendações e propostas para fomentar a carreira feminina na C&T e para o fortalecimento do campo de pesquisa de gênero. |
| Chamada 18/2013 MCTI/CNPq/SPM-PR/Petrobras - Meninas e Jovens Fazendo CiênciasExatas, Engenharias eComputação | 1 | 2013 | Estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. | Total gasto: R$11.000.000,00 | 325 projetos apoiados |
| Pioneiras da Ciência | 6 | 2013-2016 | Divulgar nomes de grandes pesquisadoras brasileiras, inspirando meninas e mostrando a atuação de mulheres na ciência. | 79 pesquisadorasHomenageadas | Visibilidade da história da cientistas brasileiras. |
| Jovens Pesquisadoras | 1 | 2014 | Divulgar o trabalho de jovens cientistas brasileiras inspirando meninas e jovens para a ciência e tecnologia. | 23 pesquisadorasHomenageadas | Divulgação da ciência como também um espaço para as mulheres e meninas. |
| Pesquisadoras negras | 1 | 2015 | Divulgar os números sobre a participação negra na C&T, contribuir com mais estudos nesta área. | Divulgação de dados | O CNPq foi pioneiro na desagregação de dados por raça/cor no sistema científico, desvelando a situação específica das mulheres negras na C&T. |
| Programa de cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres no âmbito do Memorando deEntendimento Brasil-EUA | 1 | 2011 | Promover ações conjuntas para fomento da participação feminina na C&T. | Cooperação científica eacadêmica | Visita do comitê de cientistas brasileiras ao sistema de ciência e tecnologia americano.Intercâmbio de estudantes medalhistas das Olimpíadas deMatemática das EscolasPúblicas no *Science Camp*. |
| Programa de cooperação sobre o Avanço Global das Mulheres no âmbito do Memorando deEntendimento Brasil-EUA | 1 | 2012 | Promover ações conjuntas para fomento da participação feminina na C&T. | Cooperação científica e acadêmica | Visita do comitê de cientistas americanas ao sistema de ciência e tecnologia brasileiro. |

Fonte: Tonini e Araújo (2019, p. 121).

As desigualdades entre homens e mulheres aumentam à medida que se avança na carreira acadêmica. Dados do Censo da Educação Superior 2018 (INEP, 2020) revelam que as mulheres têm maior inserção nas graduações. Entre os ingressantes, considerando os 3.445.935 vínculos discentes, a predominância do sexo feminino pode ser vista tanto na modalidade presencial: 1.132.183 (54,6%) ingressantes quanto na modalidade a distância: 800.804 (58,3%) vínculos. Com relação às matrículas (8.450.755), verifica-se que as mulheres detêm 3.551.116 (55,5%) das matrículas presenciais e 1.265.980 (61,6%) das matrículas a distância. Sobre o total de concluintes (1.264.228), mais uma vez prevalece o sexo feminino: elas representam 589.383 (59,5%) dos que concluíram a graduação presencial e 175.577 (64,1%) dos 273.873 concluintes a distância.

Entretanto, considerando os 20 maiores cursos em número de matrículas, os quais reúnem 5.543.668 matrículas, 65,6% do total, a predominância feminina pode ser constatada em 14 deles, segundo o Censo (INEP, 2020). São eles: Pedagogia (92,5% de mulheres), Serviço Social (89,9%), Nutrição (84,1%), Enfermagem (83,8%), Psicologia (79,9%), Fisioterapia (78,3%), Gestão de Pessoas (77,9%), Odontologia (71,7%), Farmácia (71,3%), Arquitetura e Urbanismo (66,5%), Medicina (59,0%), Contabilidade (56,5%), Direito (55,5%) e Administração (54,4%). Os cursos com predominância masculina são: Engenharia Mecânica (89,8% de homens), Sistema de Informação (86,2%), Engenharia Civil (69,7%), Engenharia de Produção (65,6%), Educação Física (65,1%) e Educação Física Formação de Professor (60,3%).

Na pós-graduação, as mulheres representam 53% do total de matrículas nos cursos *stricto sensu*. De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2020), dos 364 mil alunos de mestrado e doutorado, 195 mil são mulheres. Elas também são a maioria entre os bolsistas (57%). No entanto, essa participação varia muito de acordo com a área do conhecimento. Em um estudo que investigou as diferenças de gênero entre os cientistas brasileiros, Valentova et al. (2017) analisaram a distribuição de mais de 13,6 mil bolsas entre 2013 e 2014, por sexo e área de conhecimento, além do valor do financiamento concedido para pesquisa e da divisão por gênero dos membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Os resultados apontaram que:

- Para os bolsistas de produtividade do CNPq, constatou-se que as mulheres estão envolvidas em todas as áreas de pesquisa, mas igualmente representadas apenas em Ciências Humanas e Sociais: em números absolutos, 1.531 mulheres e 1.548 homens, distribuídos em 24 áreas. Nas ciências exatas, do total de 4.859 bolsas no período para esta área de conhecimento apenas 976 (20,08%) foram para as pesquisadoras. Nesse campo de conhecimento, todas as 22 áreas de pesquisa possuíam menos mulheres bolsistas do que homens, conforme apresentado na tabela 2:

Tabela 2: Distribuição dos bolsistas de produtividade por gênero e subáreas de Engenharia, Ciências Exatas e da Terra

| **Subáreas** | **W ( *n* )** | **M ( *n* )** | **Total *n*** | **AR W** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Química | 207 | 480 | 687 | **7,1** |
| Engenharia Química | 59 | 95 | 154 | **5,7** |
| Desenho Industrial | 14 | 16 | 30 | **3,6** |
| Engenharia Nuclear | 25 | 48 | 73 | **3,0** |
| Engenharia de Materiais | 87 | 247 | 334 | **2,8** |
| Engenharia Sanitária | 36 | 88 | 124 | **2,5** |
| Engenharia de Produção | 26 | 62 | 88 | **2,2** |
| Oceanografia | 33 | 85 | 118 | **2,2** |
| Ciência da Computação | 88 | 287 | 375 | 1,7 |
| Geociências | 107 | 363 | 470 | 1,5 |
| Probabilidade e Estatísticas | 19 | 51 | 70 | 1,5 |
| Engenharia de Transporte | 13 | 39 | 52 | 0.9 |
| Engenharia Civil | 56 | 210 | 266 | .4 |
| Astronomia | 20 | 79 | 99 | .0 |
| Engenharia Aeroespacial | 10 | 44 | 54 | -3 |
| Engenharia de Minas | 4 | 21 | 25 | −.5 |
| Engenharia Naval | 1 | 10 | 11 | -.9 |
| Engenharia Biomédica | 4 | 60 | 64 | **-2,8** |
| Matemática | 29 | 271 | 300 | **-4,7** |
| Engenharia Mecânica | 24 | 252 | 276 | **-4,9** |
| Engenharia Elétrica | 13 | 269 | 282 | **-6,7** |
| Física | 101 | 806 | 907 | **-7,5** |
| Total | 976 | 3.883 | 4.859 |  |

Fonte: Valentova et al. (2017).

- A falta de representatividade das mulheres também aparece quando a produtividade aumenta. Para obtenção de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), no nível mais básico (PQ-2), avalia-se a produção do(a) candidato(a) – trabalhos publicados e orientações dos últimos 5 anos; já na categoria PQ, em nível 1A, o(a) candidato(a) precisa demonstrar elevado grau de excelência na produção científica, além de capacidade de inserção nacional e internacional (CNPQ, 2015). Em ciências exatas, houve 621 mulheres com bolsas de categoria 2, enquanto havia 2.139 homens no mesmo patamar. Por sua vez, no nível mais alto, o número de mulheres caiu para 41, enquanto que 378 homens apareceram nesta categoria. Em outros tipos de apoio financeiro a projetos científicos de alto nível, como o programa em conjunto do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e do CNPq, que recebeu 1.161 projetos nas áreas de exatas na edição 14/2014, no nível de entrada (bolsas de R$ 30 mil – Faixa C), houve 664 trabalhos aprovados, sendo 172 (25,9%) submetidos por mulheres. Na faixa mais alta (de R$ 60 mil a R$ 120 mil – Faixa A), a presença das pesquisadoras caiu para 20%, com apenas 38 projetos.

- Ao examinar a proporção dos dois gêneros entre os membros da Academia Brasileira de Ciência (ABC), fundada em 1916 e com sede no Rio de Janeiro (RJ), o estudo apontou que a Academia possui 994 membros, incluindo cientistas que já faleceram. Deste total, há 862 homens para apenas 132 mulheres (VALENTOVA et al., 2017).

Dentro das abordagens mais recentes no campo de estudos sobre gênero e ciência, um aspecto específico tem despertado a atenção das pesquisadoras: a relação entre maternidade e ciência (PARENT IN SCIENCE, 2017; NUCCI, 2018). Em seu artigo, intitulado “Maternidade, gênero e ciência: reflexões e tensionamentos”, a pesquisadora Marina F. Nucci destaca que

na atualidade, a maternidade em si também parece estar cada vez mais em discussão na cena pública, seja através do chamado movimento pelo parto humanizado (ver, por exemplo Carneiro, 2011 e Tornquist, 2004), seja através de grupos de mães, como os grupos de “maternidade ativa” (ver Pulhez, 2015) ou “maternidade mamífera” (ALZUGUIR; NUCCI, 2015). Em maior ou menor medida, e com maior ou menor tensionamento, tais discussões procuram articular feminismo e maternidade. Neste mesmo sentido, o trabalho de Lucila Scavone (2001) nos ajuda a pensar, a partir de uma perspectiva histórica, nas relações – por muitas vezes tensas – entre maternidade e feminismo. (NUCCI, 2018, p. 2)

Nucci (2018) procurou explorar no referido trabalho, os ideais de maternidade e de ciência que permeiam o Projeto *Parent in Science*, utilizando como material privilegiado de discussão o “1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência”, ocorrido em maio de 2018, em Porto Alegre. A partir do Simpósio, também foi lançado o movimento “Maternidade no Lattes”, com o objetivo de chamar atenção das pessoas para o impacto da maternidade na carreira das mulheres, objetivando, como explicou a autora do artigo, que as agências de fomento e instituições de pesquisa considerassem a maternidade como parte da carreira das cientistas.

Antes de apresentar os pontos principais abordados por Nucci (2018), torna-se importante fazer um breve panorama sobre o projeto. O *Parent in Science* (Pessoas com filhos na ciência, em tradução livre) foi criado em 2017, com a finalidade de discutir a maternidade (e a paternidade) no universo acadêmico brasileiro. Em uma matéria publicada na Gênero e Número, em 2018, a bióloga Fernanda Staniscuaski, professora adjunta do Departamento de Biologia Molecular e Biotecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), relatou sobre o contexto do surgimento desta iniciativa.

Ao voltar à universidade após sua primeira licença-maternidade, Staniscuaski passou a se dividir entre o trabalho como docente e o cuidado da criança, compartilhado entre ela e o marido. A dedicação à ciência feita em laboratório ficou em segundo plano no primeiro ano do bebê, o que ficou evidente na queda de sua produtividade científica – aquela catalogada no currículo da plataforma Lattes, do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), na forma de publicações de artigos em revistas acadêmicas. (BOUERI; ASSIS, 2018, *online*)

Segundo Staniscuaski, o impacto dessa situação foi sendo sentido nos anos seguintes, entre 2014 e 2016, quando pelo menos seis pedidos de bolsa ou inscrições em editais de apoio à pesquisa feitos por ela foram recusados por comitês de seleção do CNPq e de outras iniciativas de fomento. Em resposta às tentativas de Staniscuaski de financiar suas pesquisas, os pareceres mencionavam o “bom potencial da proponente” e, também, que ela reunia condições de realizar o projeto proposto, mas afirmavam que sua produção científica estava “aquém do esperado” quando comparada com a de seus pares no mesmo momento da carreira (BOUERI; ASSIS, 2018, *online*).

A queda na produtividade científica também teria motivado o rebaixamento da pesquisadora de membro permanente a colaboradora no programa de pós-graduação em que leciona. “Isso sob a justificativa de que o programa precisava manter sua nota máxima na avaliação da CAPES, que leva em conta a produtividade do corpo permanente” (BOUERI; ASSIS, 2018, *online*).

De acordo com a matéria da Gênero e Número, ao compartilhar suas frustrações com colegas e outras mulheres, Fernanda percebeu que estava diante de uma questão estrutural em sua área e, ao não encontrar dados sobre o tema no Brasil, ela criou, juntamente com outras pesquisadoras e um pesquisador, um grupo de estudos para investigar o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras. A primeira investigação foi realizada no segundo semestre de 2017, através de um questionário *online*, que foi respondido por 1.182 docentes brasileiras (BOUERI; ASSIS, 2018, online). Os resultados preliminares foram apresentados no “1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência”. Um destes dados é apresentado na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Taxa de publicação antes e depois da maternidade para cientistas na pesquisa *Parent in Science*



Fonte: *Parent in Science* (2017) *apud* Boueri e Assis (2018, *online*).

A pesquisa identificou que 77% das respondentes eram mães e 54% delas eram as únicas pessoas responsáveis pelo cuidado de seus filhos. A média de idade delas no momento da chegada do primeiro filho foi de 32 anos, um pouco maior que a média brasileira, que é 26,8 anos, segundo o Censo 2010 do IBGE. O ritmo de publicações científicas das respondentes com e sem filhos também foi investigado e constatou-se que enquanto as cientistas sem filhos têm uma curva ascendente em sua produção científica, aquelas que se tornam mães têm uma queda drástica nas publicações até o quarto ano do nascimento do primeiro filho, para só depois disso voltar a ascender. Para a maioria das respondentes (81%), a maternidade teve um impacto negativo ou muito negativo em suas carreiras (BOUERI; ASSIS, 2018, online).

‘Estamos falando de um impacto de quatro ou cinco anos no nível de produtividade’, avalia Staniscuaski. ‘Isso para aquelas que permanecem na carreira científica, porque estamos perdendo muita gente, como vemos quando fazemos a análise de participação da mulher na ciência. Conforme a carreira avança, o número de mulheres diminui, e não há dúvida de que a maternidade seja determinante, porque não há políticas de auxílio para diminuir esse problema’. (BOUERI; ASSIS, 2018, *online*)

Retomando o artigo de Nucci (2018), é evidente “a contribuição gigantesca [que os] estudos de gênero, família e mercado de trabalho têm no Brasil. Essa é uma discussão muito tradicional de estudos”, conforme pontuado por Moema de Castro Guedes, professora das ciências sociais da UFRRJ e participante do “1º Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência”. Todavia, ainda são necessários mais estudos quantitativos sobre maternidade e ciência no país. Esta questão também foi destacada pela professora Silvana Bitencourt, do Departamento de Sociologia e Política da UFMT: “há um referencial teórico dos estudos de gênero, que já vem debatendo a temática há tempos, mas que não dialoga com as ciências duras”.

Nesta perspectiva, esse rico debate entre as Ciências Humanas/Sociais e as Ciências Exatas/Biológicas, além da problematização do tema, traria números e dados concretos. “Isoladas”, muitas questões trazidas pelas ciências humanas/sociais são efetivamente pouco ouvidas. Portanto, há que se utilizar de maior objetividade, na forma de números e dados concretos, para pensar, por exemplo, nas representações distintas de maternidade que estão circulando na nossa sociedade, uma vez que, como afirmou Moema Guedes, “ a discussão caminha em se desconstruir a maternidade tradicional e pensar novas formas em que a maternidade não seja tão pesada para as mulheres” (NUCCI, 2018, p. 4). Mas, também, para se refletir criticamente sobre a própria relação entre maternidade e ciência e, assim, “pensar de uma maneira mais ampla o produtivismo acadêmico e a dedicação ao tempo de trabalho”, como salientado por Nucci (2018, p. 5).

# Considerações finais

A temática gênero e ciência recebeu (recebe) contribuições de estudiosos de diferentes áreas de conhecimento, a partir de perspectivas amplamente distintas. Neste sentido, Londa Schiebinger (2001), importante autora deste campo, observou que historiadores estudaram (estudam) as vidas das cientistas no contexto de instituições que, tradicionalmente, mantiveram-nas à distância; sociólogos focalizaram (focalizam) o acesso das mulheres aos meios de produção científica; biólogos investigaram (investigam) como os cientistas estudaram as mulheres; críticos culturais se empenharam (empenham) na obtenção de uma compreensão normativa de feminilidade e masculinidade; filósofos e historiadores da ciência assumiram (assumem) a tarefa de analisar a influência do gênero sobre o conteúdo e os métodos das ciências.

Neste artigo, buscou-se, a partir de uma perspectiva sociológica, analisar a participação feminina na universidade e na produção científica nas áreas de Ciência e Tecnologia. Cabe esclarecer que não se teve a pretensão de esgotar um assunto tão vasto, mas tão somente objetivou-se refazer alguns caminhos e abrir espaços para debater novas perspectivas. Assim, os achados deste estudo fomentam discussões em torno das discrepâncias de gênero ainda existentes, bem como sugerem a necessidade de se refletir criticamente sobre a relação entre maternidade e ciência e outras questões bastante relevantes, tais como o produtivismo acadêmico e a dedicação ao tempo de trabalho.

# Referências

BOUERI, A. G.; ASSIS, C. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres. **Gênero e Número**, 20 de junho de 2018. Disponível em: < <http://www.generonumero.media/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/>>. Acesso em 16 Set. 2020.

BRECH, C. O 'dilema Tostines' das mulheres na matemática. **Revista Matemática Universitária**, nº 54. Rio de Janeiro: SBM, p. ago./set., 2018.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Capes contribui para participação da mulher na ciência**. Notícias, 11 de fevereiro 2020. Disponível em: < <https://uab.capes.gov.br/36-noticias/10163-capes-contribui-para-participacao-da-mulher-na-ciencia>>. Acesso: 10 Set. 2020.

CHASSOT, A. I. A ciência é masculina? É, sim senhora!... In: MARTINS, R. A. et al. (eds.). Filosofia e história da ciência no Cone Sul. **Seleção de trabalhos do 5º Encontro**. Campinas: Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC), 2008. Disponível em: <<http://www.ghtc.usp.br/AFHIC-2006-livro.htm>>. Acesso: 16 Set. 2020.

GARCÍA, M. G.; PEREZ SEDEÑO, E. Ciencia, tecnología y género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación**, no 2, Madrid, OEI, jan.-abr. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2018** [recurso eletrônico]. Brasília: INEP, 2020.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Revista Estudos Feministas**, vol. 21, nº 3, Florianópolis, dez., p. 883-903, 2013.

NAIDEKA, N. et al. Mulheres Cientistas na Química Brasileira. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 43, n. 6, p. 823-836, jun. 2020 .

NUCCI, M. F. Maternidade, gênero e ciência: reflexões e tensionamentos. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, **Anais da 31ª RBA**, GT 042, 09 e 12 de dez. de 2018, Brasília/DF, 2018. Disponível em:<

<http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541374239_ARQUIVO_Maternidadeeciencia-RBA2018-MarinaNucci.pdf>>. Acesso em: 16 Set. 2020.

OLIVEIRA, E. R. B.; UNBEHAUM, S.; GAVA, T. A educação STEM e gênero: uma contribuição para o debate brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 130-159, jan./mar. 2019.

PARENT IN SCIENCE. **A maternidade e a carreira acadêmica/científica**, 2017. Disponível em: <<https://www.parentinscience.com/>>. Acesso: 10 Set. 2020.

PRÊMIO ALMIRANTE ÁLVARO ALBERTO. **Laureados.** Disponível em: < <http://www.premioalvaroalberto.cnpq.br/laureados.html>>. Acesso: 10 Set. 2020.

PUGLIESE, G. O. **STEM**: o movimento, as críticas e o que está em jogo, 23 de abr. de 2018. Disponível em: <<https://porvir.org/stem-o-movimento-as-criticas-e-o-que-esta-em-jogo/>>. Acesso: 16 Set. 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**,

Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TONINI, A. M.; ARAÚJO, M. T. A participação das mulheres nas áreas de STEM (Science, Technology Engineering and Mathematics). **Revista de Ensino de Engenharia**, v. 38, n. 3, p. 118-125, 2019.

VALENTOVA, J. V. et al. Underrepresentation of women in the senior levels of Brazilian science. **Peer Journals**, London, v. 5, e4000, p. 1-20, Dec. 2017.

UNESCO. **Decifrar o código**: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Brasília: UNESCO, 2018.

1. Artigo apresentado ao Eixo Temático 10: Ancestralidade e Decolonialidade, do XIII Simpósio Nacional da ABCiber. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutoranda em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), integrante dos Grupos de Pesquisa: Mídias Digitais e Mediações Interculturais (UFPE), *ASoE - Applied Software Engineering* e Inovações Pedagógicas (IFPB). E-mail: aparecidaxbarros@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC) – UFPE. Líder do grupo de Pesquisa Mídias Digitais e Mediações Interculturais (UFPE). E-mail: tpanerai@gmail.com [↑](#footnote-ref-3)
4. Que corresponde às áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (*Science, Technology, Engineering and Math*). [↑](#footnote-ref-4)
5. Instituído em 1981, o Prêmio Almirante Álvaro Alberto, referência àquele que foi o idealizador e o primeiro presidente do CNPq, é de caráter individual e concedido de forma anual, em sistema de rodízio a uma das três grandes áreas do conhecimento (Ciências da Vida; Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias). Além de diploma, fez parte da premiação em 2020: medalha, o valor de R$ 200 mil e uma viagem em um Navio de Assistência Hospitalar na Amazônia ou uma viagem à Antártica, a critério do(a) agraciado(a). [↑](#footnote-ref-5)
6. O direito à licença-maternidade foi concedido às bolsistas de pós-graduação do CNPq em 2006 e da CAPES em 2011. As bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq conquistaram esse direito em 2013 (LIMA, 2013). [↑](#footnote-ref-6)